

# FORMAÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES TRANSGÊNERAS: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA TRANSCOMUNICATIVA

POLITICAL FORMATIONS OF TRANSGENDER WOMEN:  
PATHS TO THE CONSTRUCTION OF  
A TRANSCOMMUNICATIVE CITIZENSHIP

Recebido em: 18 de abril de 2022

Aprovado em: 22 de junho de 2022

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RCO | a. 14 | v. 2 | p. 315-338 | jul./dez. 2022

DOI: <https://doi.org/10.25112/rco.v2.2660>

**Paulo Júnior Melo da Luz** [juniormelodaluz@hotmail.com](mailto:juniormelodaluz@hotmail.com)

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo/Brasil).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2857-0019>

**Jiani Adriana Bonin** [jianiab@gmail.com](mailto:jianiab@gmail.com)

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (São Paulo/Brasil).

Professora e pesquisadora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo/Brasil).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8598-7411>

## RESUMO

Este trabalho é um recorte de uma tese de doutorado que objetiva compreender como as experiências midiáticas, articuladas a outros processos comunicacionais vividos, atuam na constituição das identidades de gênero e na formação política e cidadã de mulheres transexuais e travestis. Parte-se de uma proposta (trans)metodológica interdisciplinar, buscando investigar as referências midiáticas e políticas dessas mulheres e como elas formam seu repertório de luta, resistência e posição política e cidadã. A partir de diálogos com essas interlocutoras, são problematizadas reflexões teóricas sobre Gênero e Transgênero, num olhar pós-estruturalista e relacionado ao poder; *necrobiopoder*, pensado enquanto projeto político governamental que escolhe quem vive e quem morre; *receptividade comunicativa*; e cidadania comunicativa, enquanto parte dos sujeitos e espaço de reconhecimento, demanda e luta. Leva-se em conta o contexto brasileiro e do Rio Grande do Sul, pensando de que forma dialogam ou divergem na constituição do gênero, no reconhecimento da população transgênera<sup>1</sup> nos espaços midiáticos e de representatividade política, bem como nos atravessamentos do espaço digital e das tecnologias enquanto dimensões de luta e visibilidade. Por fim, reflete-se sobre a possibilidade de construção do conceito de cidadania *transcomunicativa*, a partir dos dados coletados em entrevistas semiestruturadas com três interlocutoras travestis e transexuais e das reflexões teórico-epistemológicas.

**Palavras-chave:** Mulheres transgêneras. Travestis. Necrobiopoder. Receptividade comunicativa. Cidadania *transcomunicativa*.

## ABSTRACT

This work is an excerpt of a Philosophy Doctorate (pHD) thesis which aims to understand how media experience, articulated to other communicational processes, act in the constitution of gender identities and political and citizen formation of transvestite and transsexual women. Parting from an interdisciplinary (trans)methodological proposal, it is sought the media and political references of these women to comprehend how they form their repertory of fight, resistance and political and citizen position. From dialogues with these interlocutors, are problematized theoretical reflections about Gender and Transgender, in a post-structuralism look related to power; *necrobiopower*, thought as a governmental political project that chooses who lives and who dies; *communicative reception*; and communicative citizenship, as part of the subjects and as a space of recognition, demand and fight. It is taken into account the Brazilian and Rio Grande do Sul context, thinking how they dialogue and diverge in the constitution of Gender, in the recognition of transgender people in media spaces and political representativeness, as well as the crossings with the digital spaces and technologies as dimensions of fight and visibility. Lastly, it is reflected the possibility of constructing a concept of *transcommunicative* citizenship, from the data collected in the semi-structured interviews with three transvestite and transsexual interlocutors and the theoretic-epistemological reflections.

**Keywords:** Transgender women. Transvestite. Necrobiopower. Communicative reception. *Transcommunicative* citizenship.

---

<sup>1</sup> O termo transgênero é considerado um conceito guarda-chuva, que agrega diferentes identidades travestis, transexuais e transgêneros. No entanto, reconhece-se que essas identidades, mesmo estando em algumas lutas conjuntas, são diferentes em termos sociais, políticos e de autoidentificação. No texto, utiliza-se "transgênera" para denotar o gênero feminino, de mulher transgênera.

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, os estudos de Gênero têm se desenvolvido às margens da produção científica hegemônica, ganhando maior espaço a partir das lutas dos sujeitos, de movimentos sociais e inserção de mulheres e LGBTQIA+<sup>1</sup> nas universidades. Essas problemáticas estão também atravessadas pelo poder hegemônico e a normalização que ele institui socialmente. Para Michel Foucault (2017), os sistemas de poder-saber engendram os regimes de verdade e a normalização social, nos assujeitando sem que possamos perceber os emaranhados de suas redes complexas.

Assim, saber e poder formam um híbrido complexo e inseparável, que gera regimes de verdade que se estabelecem como saber no espaço do poder, o chamado poder-disciplinar (FOUCAULT, 2017). As travestis e mulheres transexuais vivem em um contexto de *cisheteronormatividade*<sup>2</sup> que se constitui a partir de um conjunto de regras criadas para distinguir o certo e o errado, o verdadeiro e o falso dentro de um binarismo. Elas extrapolam a lógica estruturalista e costumam ser colocadas à margem como dissidentes. Assim, pensando junto com Márcia Veiga da Silva (2014), nas hierarquias de poder e prestígio, essas sujeitas são aquelas cujas práticas e comportamentos são repudiados, aquelas que socialmente não importam.

O contexto do capitalismo e do neoliberalismo desempenha um papel importante nos modos de vida dessas sujeitas, principalmente no que concerne aos direitos políticos e exercício de cidadania. Ramón Grosfoguel (2012) reflete que vivemos dentro de um poder global hegemônico que intervém na classificação e hierarquização dos sujeitos através da produção de conhecimentos construídos a partir de uma racionalidade ou, como apontam Dardot e Laval (2016), uma nova razão do mundo.

Nessa "racionalidade", homofobia, sexismo, heterossexismo, militarismo, racismo e cristianocentrismo são ideologias que advêm dos privilégios do novo poder masculinizado, branqueado e heterossexualizado. Enquanto parte dos sistemas sociais, forma uma colonização epistemológica, cuja origem se dá na organização da produção de conhecimentos com status de "verdade", das ciências e do paradigma moderno ocidental (GROSFOGUEL, 2012).

Dentro desse processo, as mídias constituem formas heterogêneas de luta, inclusive de classes, com lógicas diversas em confrontação. As inter-relações culturais são construídas e geram perturbações e incertezas. A internet está possibilitando intercâmbios em múltiplas direções, mas as interconexões

<sup>1</sup> LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos, Assexuais e + outros gêneros.

<sup>2</sup> Que segue um padrão cisgênero e heterossexual, ou seja, de quem se identifica com o corpo biológico que nasceu e tem orientação sexual de desejo pelo sexo oposto.

entre as pessoas dependem de suas reais condições de vidas e expectativas. Os coletivos sociais, os trabalhadores do conhecimento, da tecnologia e da cultura encontram cenário propício para confrontações com os sistemas de comunicação dos grupos midiáticos hegemônicos (MALDONADO, 2015).

Inserido nesse contexto, esse trabalho objetiva investigar as formações políticas de travestis e mulheres transexuais a partir de suas experiências e referências comunicacionais e midiáticas, para elaborar uma proposta de cidadania *transcomunicativa*. Parte-se de uma proposta transmetodológica (MALDONADO, 2013; BONIN, 2016) para entender as políticas voltadas às pessoas trans em contexto de necrobiopoder (BENTO, 2018; BUTLER, 2017) e neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016), a representatividade política trans nas mídias e nas esferas de poder legislativo e executivo, a *receptividade comunicativa* (MALDONADO, 2014) como caminho para o diálogo e a cidadania comunicativa (SANTOS, 2008; GOHN, 2010, CASTELLS, 2013) e a construção de uma nova cidadania *transcomunicativa*.

## **2 PROPOSTA (TRANS)METODOLÓGICA**

Este trabalho é construído a partir da vertente transmetodológica trabalhada por Maldonado (2013) e Bonin (2016), conectando inter-relações contextuais, teóricas e metodológicas. Foram realizadas: pesquisa da pesquisa a partir de leituras e aprofundamentos de outras teses e dissertações sobre o tema; pesquisa teórica, através de leituras de referências bibliográficas; pesquisa empírica, a partir de entrevistas com sujeitas travestis e transexuais e participação em ações políticas dessas mulheres, como eventos organizados por elas, com pautas que dialogam sobre suas vidas e demandas; e pesquisa metodológica, a fim de elaborar uma metodologia própria para a investigação, combinando estratégias da comunicação, da sociologia, da antropologia e outras áreas do conhecimento.

Na etapa exploratória dessa pesquisa, foram realizadas entrevistas em profundidade com três sujeitas travestis e transexuais de Sapiranga e Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Foram realizadas entrevistas presenciais, entre outubro de 2019 e março de 2020. Após a pandemia do coronavírus, as entrevistas foram feitas de modo on-line, entre março e outubro de 2020. Além das entrevistas, foram assistidas e analisadas *lives* apresentadas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), voltadas às questões da prostituição e da luta política trans.

As mulheres que participaram dessa pesquisa como interlocutoras serão chamadas de T1, T2 e T3<sup>3</sup>, a fim de preservar suas identidades reais. T1 tem 50 anos, reside em Sapiranga, é branca, graduada em Design, produtora audiovisual e profissional do sexo. Ela é coordenadora de uma Organização Não-Governamental (ONG) que acolhe travestis e mulheres transexuais. T2 tem 33 anos, mora em Novo Hamburgo, é branca, e assistente parlamentar na Assembleia Legislativa do RS. T3 tem 16 anos, mora em Sapiranga, é branca e estudante do ensino médio. Todas elas disseram se identificar com os termos travesti, transexual e trans (de transgênera), por isso eles são alternados ao longo do texto.

O pesquisador conheceu essas interlocutoras a partir de indicações de colegas da Unisinos e eventos dos quais participaram, nos quais elas estiveram presentes. T1 é militante e coordenadora de ONG, por isso é uma figura conhecida e referência entre as pessoas travestis na cidade onde o pesquisador mora. T2 trabalha na Assembleia Legislativa, por isso o pesquisador entrou em contato direto com ela e sua acolhida foi fundamental para que essa pesquisa realizasse o objetivo de compreender a formação política, construindo uma perspectiva mais ampla sobre as possibilidades do poder legislativo e da reflexão crítica sobre a política e os processos comunicacionais pelos quais são atravessadas as histórias dessas mulheres, a presença nas mídias e o cenário da administração pública. T3 é a única com quem o pesquisador já teve contato desde antes da pesquisa, conhecendo-a desde criança e acompanhando seu processo de transição de gênero desde o início.

Combinando o referencial teórico com as interpretações feitas pelo pesquisador a partir das vivências e diálogos com as mulheres trans, esse artigo é um recorte da tese que está sendo desenvolvida na Universidade do Rio dos Sinos (Unisinos)<sup>4</sup>, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCC). Aqui, se desenvolve um panorama teórico a partir da comunicação, olhando para os conceitos de gênero, *necrobiopoder* relacionado à política, transexualidade e transgeneridade e receptividade comunicativa, a fim de propor um conceito de cidadania *transcomunicativa*.

A comunicação possibilita que encontremos formas de resolver problemas de conexão entre pessoas e áreas de pesquisa, mas, para isso, é fundamental pensar metodologias transdisciplinares, não como uma formalidade, mas numa cooperação teórica constante, que se constrói ao longo do trabalho (BACHELARD, 2001). Essa criação que parte do pesquisador precisa refletir diversos aspectos metodológicos, desde as

<sup>3</sup> Os trechos com falas e citações das interlocutoras T1, T2 e T3 serão marcados no texto com itálico para diferenciar das citações de autores/pesquisadores usados como referências bibliográficas.

<sup>4</sup> O título inicial da tese é "(Trans)Formações políticas e midiáticas de mulheres transgêneras na construção de cidadania *transcomunicativa*". A tese já foi aprovada no exame de qualificação.

apropriações feitas na investigação, mas também as propostas que são relevantes e a crítica aos modelos e perspectivas pré-existentes. Isso configura um caráter interdisciplinar à metodologia dessa pesquisa.

É importante que haja colaboração na realização de uma pesquisa que trabalha a cidadania e dialoga com sujeitos. Não podemos estar distante das realidades. O pesquisador se alimenta da vida e, portanto, precisa estar presente experimentando e vivendo com aquilo que dá sentido à existência e à pesquisa (MILLS, 2009). Enquanto sujeito pesquisador, levo em conta os conhecimentos construídos pelas colaboradoras da investigação, suas histórias, suas vidas, e busco compreender suas dimensões históricas, sociais, políticas, econômicas para conseguir estabelecer os nexos entre a pesquisa que se desenvolve e o conhecimento já produzido.

Entender as apropriações, as interpretações e as próprias ressignificações feitas pelas sujeitas transgêneras demanda um olhar crítico à mídia, o que foi produzido sobre elas, a compreensão dos contextos midiáticos em que se inserem e, principalmente, o repertório midiático que carregam e como ele afeta e conduz suas reflexões e percepções sobre si mesmas e a realidade de seu entorno. Conseguir adensar na complexidade de vivências e de vidas é árduo, principalmente quando buscamos colaborar com o conhecimento, com o *agir epistemológico* ao qual a transmetodologia está intrinsecamente relacionada.

O caráter transmetodológico dessa pesquisa também configura experimentações a partir de uma organização da investigação, iniciando-se com as reflexões teóricas em diálogo com os autores e as interpretações das conversas com as sujeitas, para, a partir daí, buscar elaborar um conceito teórico de cidadania *transcomunicativa*. Os resultados trazem um panorama do que foi produzido até o momento na tese e as aberturas que foram deixadas para a continuidade do processo.

### **3 ESTADO DE MORTE: AS PESSOAS TRANS NA MIRA DO NECROBIOPODER**

O Brasil é o país que mais mata pessoas travestis e transexuais no mundo desde 2008, segundo dados da Organização Não Governamental (ONG) Transgender Europe<sup>5</sup>. De acordo com o dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais em 2020, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)<sup>6</sup>, foram assassinadas 175 mulheres transexuais e travestis durante o ano, sem

<sup>5</sup> Em 2020 o Brasil segue líder no assassinato de pessoas trans. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/11/17/em-2020-brasil-continua-lider-mundial-em-assassinatos-de-pessoas-trans/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

<sup>6</sup> ANTRA. Dossiê 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2021.

informações referentes a homens trans e pessoas transmasculinas, destacando-se o recorte de gênero nessas mortes.

A maioria desses assassinatos acontece em espaços públicos contra profissionais do sexo, que estão expostas à violência e se encontram em posição vulnerável frente aos agressores<sup>7</sup>. Além disso, a estimativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos (ANTRA, 2021), variando entre os marcadores sociais que a constituem, como raça, classe social e gênero. Entre os casos analisados no dossiê da ANTRA, 78% das mulheres transexuais e travestis assassinadas eram negras.

Em 77% dos casos, foram utilizados métodos brutais e de violência extrema, denotando requintes de crueldade, como amarrações, golpes, esquartejamentos, objetos introduzidos no ânus, mutilações e espancamentos, configurando crime de ódio e transfobia (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). O Estado tem permanecido omissivo frente à segurança e preservação da vida dessa população. Vivemos em um ambiente de *necrobiopoder* (BENTO, 2018) na política brasileira, no qual o Estado e as esferas de poder econômico *escolhem* quem vive e quem morre.

[...] o necrobiopoder unifica um campo de estudos que tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida. Dessa forma, proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver. (BENTO, 2018, p. 7).

Pessoas trans são consideradas *desumanas* (BUTLER, 2017) perante a lógica de um *cistema*<sup>8</sup> heteronormativo branco e masculino. O neoliberalismo, enquanto normativa global e *razão do mundo* (DARDOT; LAVAL, 2016), infiltra-se nos governos, nas empresas e nas pessoas, forjando e fortalecendo desigualdades. Leis, políticas públicas e projetos são feitos a partir desse modelo neoliberal que integra todas as dimensões *humanas*, mas que também tira a *humanidade* de quem não se molda à normativa social e, por isso, não *precisa* viver para o Estado.

<sup>7</sup> Segundo o Dossiê de 2020 da ANTRA, 71% dos assassinatos ocorreram em espaço público e 72% das mulheres assassinadas eram profissionais do sexo. Ainda de acordo com a ANTRA, a maioria das vítimas é levada compulsoriamente à prostituição por falta de oportunidades, o que leva à exposição da violência, agressões físicas e psicológicas.

<sup>8</sup> *Cistema*, com C, diz respeito ao Sistema cisgênero, no qual as pessoas se identificam com os comportamentos e papéis sociais esperados do gênero que lhes foi determinado ao nascimento.

As vidas LGBTQIA+ ainda não são reconhecidas em plena dignidade e, dentro desse grupo, as pessoas travestis, transexuais e transgêneras têm um protagonismo fundamental na visibilidade de uma luta conjunta. Não existem leis que garantam direitos às pessoas LGBTQIA+, somente jurisprudências<sup>9</sup>. O principal problema é que esse tipo de norma pode sofrer revisões, ser cancelada ou modificada. Portanto, a luta por Leis que efetivem os direitos é importante para garantir essa dignidade.

Atualmente, são quatro as principais conquistas para pessoas LGBTQIA+: o casamento civil igualitário<sup>10</sup>; a criminalização da LGBTfobia<sup>11</sup>; a adoção por casais do mesmo sexo<sup>12</sup>; e a livre expressão da identidade de gênero, garantida através do uso de nome social e registro dele nos documentos oficiais. No entanto, existem vários atravessamentos que fazem com que essas normativas sejam ou não exercidas, principalmente relacionados a gênero, classe e raça. As mulheres transgêneras, por subverterem a norma cisgênera hegemônica, já encontram empecilhos desde o tratamento pelo nome social.

Berenice Bento (2014) ressalta que o Brasil é o único país no mundo em que a legislação nega um direito universal, o de ter um "nome". São instituições jurídicas que reconhecem a omissão de uma Lei básica às pessoas trans. É possível usar o "nome social", mas ele ainda não garante que a pessoa não seja submetida a vexames, humilhações e necessidades de "comprovação" de algo que está em dissonância com suas performances de gênero. (BENTO, 2014).

---

<sup>9</sup> Uma jurisprudência não tem validade de lei. É uma decisão judicial que vale para toda a sociedade. Geralmente, é criada por omissão dos órgãos legislativos, quando o Congresso Nacional ou o Poder Executivo não produzem uma legislação. No entanto, a jurisprudência confere caráter de norma e deve ser acatada, uma vez que é atribuída pelos conselhos de justiça e tribunais.

<sup>10</sup> O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou em 2011 que poderia ser considerada entidade familiar a união estável entre duas pessoas do mesmo sexo, de acordo com a Constituição Federal. Cartórios se negaram a adotar a medida, então o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução 175, garantindo que todos os cartórios do país pudessem casar civilmente e obtendo direito a partilha de bens, herança e patrimônio. Resolução 175 do CNJ: [https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_175\\_14052013\\_16052013105518.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf). Acesso em: 18 jul. 2020.

<sup>11</sup> A LGBTfobia é considerada crime desde 13 de junho de 2019, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), determinando que o Congresso Nacional se manteve omissivo ao não editar uma lei criminalizando atos homofóbicos e transfóbicos no Brasil. Desse modo, a lei que prevê o crime de racismo passa a valer também para a LGBTfobia, com os mesmos direitos e penalidades, que incluem prisão e inafiançabilidade. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm).

<sup>12</sup> O STF se posicionou favoravelmente acerca da adoção por casais homossexuais em 19 de março de 2015, quando a Ministra Carmen Lúcia reconheceu o direito de adotar a um casal gay de Minas Gerais, entendendo que a compreensão de família da Constituição Federal também acolhe casais LGBTs.



A Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT) realizou uma pesquisa em 2016 sobre o ambiente educacional para LGBTs no Brasil<sup>13</sup>. Entre os principais resultados, o levantamento mostra que 43% dos participantes sentiam insegurança na escola por causa de sua identidade e expressão de gênero. No entanto, a nível de violência, 73% foram agredidos verbalmente por causa da orientação sexual e 68% sofreram agressão verbal pela identidade ou expressão de gênero. Fisicamente, foram 27% que sofreram agressão por expressarem sua identidade de gênero. Ainda, 56% foram assediados sexualmente na escola. E essa situação, que já começa na escola, repete-se nas ruas, na internet e no cotidiano. Com essa realidade, a evasão escolar é maior entre pessoas que não seguem o padrão *cisheteronormativo*.

A documentação colabora para o exercício de cidadania, para comprovar e exigir judicialmente o respeito à identidade de gênero. Porém, não é totalmente eficaz. O uso do banheiro, por exemplo, é outra luta diária das vidas trans. Na escola, T3 era orientada a usar o sanitário masculino, o que gerava constrangimento: *"Várias vezes, no ano passado, eu não podia usar o banheiro feminino, então já me sentia diminuída. "Tu não tem aparência ainda, elas diziam"*.

Por mais que seja judicialmente permitida, a troca de nome ainda não é acessível a todas as pessoas trans. Apesar de não ser exigido um representante legal ou advogado para registrar o nome, existem taxas, exigência de documentação, certidões e burocracia que pessoas em situação de vulnerabilidade social e de rua talvez não tenham condições de arcar. T1 reforça essa realidade dizendo: *"até existem programas de acesso gratuito. Querem te ajudar, e começam pedindo endereço de residência, mas a população da qual faço parte, a maioria não tem nenhum documento"*.

Ainda que se tenha o nome social registrado, outras situações cotidianas dependem da conscientização pública sobre as vidas trans. As penalidades para o preconceito são mínimas e não preveem prisão. A Lei Estadual 11.872/2002<sup>14</sup> é a Lei Antidiscriminação do Rio Grande do Sul, que visa promover e reconhecer a liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual, e que objetiva proteger pessoas naturais e jurídicas que sofrem discriminação em razão de ligação ou relacionamento com grupos discriminados. A Lei reúne diversos casos que possam ser considerados atentados à dignidade, principalmente relacionadas à prática de violência, intimidação, constrangimento

<sup>13</sup> Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil em 2016. Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT. Disponível para download em: <https://abgl.org.br/pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2016/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

<sup>14</sup> Lei Estadual 11872/2002. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXTO&Hid\\_TodasNormas=265&hTexto=&Hid\\_IDNorma=265](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=265&hTexto=&Hid_IDNorma=265). Acesso em: 18 abr. 2021.

físico ou psicológico. A pena, porém, consiste em advertência, multa e, quando mais grave, rescisão de contrato, suspensão de licença para funcionamento e cassação de licença.

É bizarro porque a gente tem que estar disputando e debatendo coisas que deveriam ser normais, né? Você ter direito a um nome, você ter direito a usar banheiro. São coisas básicas que a gente nem deveria estar lutando. Em pleno 2020, não deveríamos estar lutando por isso ainda. E cada vez mais a gente retrocede. Daqui a pouco, a gente vai estar lutando pelo direito de sair na rua de novo (T2).

O Estado, que deveria governar para todas as pessoas em suas diversidades e riquezas singulares, no entanto, parece escolher a quem proteger ou quais as vidas que merecem ser “cuidadas”. A responsabilidade – e no cuidado que esse termo exige para não cair na culpabilização de uma ou outra determinada instituição – é social. Cada época contribuiu para a construção dessas normas que geram dissidências e desigualdades, mas que se fossem compreendidas, poderiam ser rompidas e mudadas a fim de gerar uma emancipação não somente dos corpos, mas dos sujeitos e suas identidades complexas.

#### **4 REPRESENTATIVIDADE TRANS NA POLÍTICA E NAS MÍDIAS**

Judith Butler (2017), ao problematizar a precariedade das vidas que são colocadas à margem pelos governos, questiona os valores da justiça, pensando como ela pode ser compreendida, exercida e aceita. A autora defende que os corpos em aliança, reunidos para expressar indignação e para manifestar as suas existências plurais, ampliam a discussão sobre o necrobiopoder em perspectiva política, porque “eles querem ser reconhecidos e valorizados, estão exercendo o direito de aparecer, da liberdade, e demandando uma vida habitável” (BUTLER, 2017, p. 2). No entanto, quando nem os Direitos Humanos são válidos às pessoas trans, quando elas passam por um processo de *desumanização* por seus corpos não se integrarem ao que se considera “normal” dentro da norma hegemônica, reúnem-se em luta por esse reconhecimento da própria existência e da vida.

Os efeitos subversivos de atos performados por alguns indivíduos geram impactos nas normas de gênero. Mulheres transgêneras rompem não apenas o sistema generificado biológico, mas também performam sua identidade na contramão daquilo que a sociedade atribui como “correto” para os gêneros. No entanto, quando articulados em grupos, esses corpos aliados adquirem outra força e potencialidade. Butler (2017) pensa que a precariedade, enquanto mediadora das realidades dissidentes, pode agregar grupos de pessoas que, em circunstâncias comuns, nada teriam em comum e mesmo se antagonizariam.

No entanto, por serem considerados minoritários ou descartáveis, se unem para aparecer, resistir e gerar fortalezas conjuntas de luta.

Viver em sociedade e em conjunto é imperativo num sentido político. As proximidades não escolhidas, as liberdades exercidas coletivamente e no âmbito individual formam nossa identidade e também uma identidade coletiva, na qual estão imbricadas relações de apoio, disputa, ruptura, solidariedade, alegria e ética (BUTLER, 2017). A união em prol de causas, como a resistência a um regime político que exclui diversos grupos sociais, como da atual gestão executiva brasileira (2018-2022), faz com que pessoas LGBTQIA+, negros, mulheres, indígenas, entre outros grupos considerados “minoritários” se reúnam em prol de uma causa conjunta: dignidade e cidadania. No entanto, desorganizados e deslocados geograficamente, essa força precisa de representatividade política, alguém que ouça as demandas, instigue à união e fortaleça os laços de alguma forma. Porém, no caso LGBTQIA+, além da desarticulação em grupo, a representatividade é pequena.

O público LGBTQIA+ teve poucos representantes que assumiram sua orientação sexual. Jean Wyllys, ex-deputado assumidamente gay, abandonou o cargo após ameaças contra sua vida. Marielle Franco, assumidamente lésbica, foi assassinada brutalmente a tiros sem uma resolução para seu caso. Essas vozes, que abraçam as pautas LGBTQIA+, muitas vezes acabam sendo xingadas, linchadas e combatidas por isso. Em sua maioria, estão à esquerda do espectro político e são atacadas por serem mulheres ou gays.

Após as eleições de 2018, tivemos no Brasil 3 deputadas transgêneras, todas do Partido Socialismo e Liberdade (PSol): Erica Malunguinho da Silva (PSol-SP), a primeira transexual eleita deputada estadual em São Paulo, com 55,2 mil votos; Erika Hilton (PSol-SP), também em São Paulo, mas com mandato coletivo<sup>15</sup> pela Bancada Ativista; e Robeyoncé Lima (PSol-PE), em Pernambuco, também em mandato coletivo pelo Juntos. Em um país historicamente racista, temos três deputadas transgêneras negras. Em suas pautas, todas trazem projetos em prol das vidas trans e negras, além de uma proposta de coletividade e solidariedade, dando espaço para “minorias” políticas.

Em 2020, nas eleições municipais, 30 pessoas trans foram eleitas no Brasil, sendo 3 no Rio Grande do Sul (Maria Regina, do Partido dos Trabalhadores (PT), em Rio Grande; Lins Roballo, do PT, em São Borja;

---

<sup>15</sup> O mandato coletivo é uma proposta do PSol, que foi eleita em dois estados: Pernambuco e São Paulo. São duas as bancadas coletivas, nas Assembleias Legislativas de São Paulo (Alesp) e de Pernambuco (Alepe): a Ativista (SP), encabeçada por Mônica Seixas; e a Juntos (PE), cuja titular é Joselita Cavalcanti. Mesmo que exista um nome “responsável” ou “titular”, já que a legislação brasileira e o Supremo Tribunal Federal (STF) não admitem mandatos coletivos, todas terão voz e voto nas decisões, por isso é um “mandato coletivo”. A ideia é levar maior representatividade e diversidade aos espaços do Poder Legislativo, com igualdade nas tomadas de decisão, na distribuição de responsabilidades e na equivalência de salários.

e Yasmin Prestes, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Entre-Ijuís). Na cidade de São Paulo (SP), Erika Hilton (antes deputada em mandato coletivo do PSol), se tornou a vereadora mais votada do país e a primeira mulher trans na Câmara de Vereadores de São Paulo, com mais de 50 mil e 500 votos<sup>16</sup>. O Rio Grande do Sul, porém, é um estado que não tem representatividade de raça nem de gênero. Da eleição de 2018, não temos nenhum deputado estadual negro e somente nove são mulheres entre os 55 eleitos para ocupar as vagas na Assembleia Legislativa do RS.

No ano de 2019, no Rio Grande do Sul, o mandato da deputada Luciana Genro (PSol) criou a Comissão Especial para Análise da Violência contra a População LGBT, que gerou um relatório<sup>17</sup> com diversos dados. Dentre os levantamentos realizados, foram contabilizados 547 casos de violência contra LGBTQIA+ entre 2011 e 2017, sendo que cerca de 28% deles foram registrados nas ruas e 27% dentro de casa (dentre os notificados). Somente em 2018, 420 pessoas LGBT morreram no Rio Grande do Sul, sendo 100 suicídios e 320 homicídios, nos quais somente 9% dos agressores foram identificados. Ou seja, a população LGBTQIA+ morre na rua, por pessoas que fogem e deixam seus corpos em via pública.

Além disso, os dados oficiais acerca da violência contra LGBTs não são divulgados pelos órgãos de segurança institucionalizados pelo Estado, mas por organizações de movimentos e coletivos<sup>18</sup> que se unem para produzir pesquisas e levantar dados em cidades e regiões. Isso leva a refletir também na omissão do poder público e das mídias frente a essas pessoas, que estão vulneráveis à violência e ao preconceito. A representatividade política e midiática das mulheres transexuais e travestis ainda demanda mudanças urgentes. De acordo com o Dossiê da ANTRA,

[...] nas notícias da mídia, vemos uma prevalência nos dados dos assassinatos de pessoas identificadas como sendo travestis, que aparece em 77% dos casos, diretamente relacionadas a marcadores como o território onde ocorreu o assassinato, contexto e classe social, raça e ocupação. Apesar da importância desses marcadores para a identificação dos casos, a mídia tem uma tendência de classificar as identidades a partir de tais elementos, muitas vezes de forma equivocada, racista, classista e estereotipada. Com isso, contribui para o processo de acirramento da marginalização da imagem da travesti. Ao mesmo tempo, a mídia faz a opção de uso da identidade mulher transexual para se referir, normalmente, a um perfil socialmente aceito daquelas que

<sup>16</sup> ANTRA. Candidaturas trans foram eleitas em 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/>. Acesso em: 10 maio 2021.

<sup>17</sup> Relatório completo da "Comissão especial para análise da violência contra a população LGBT": <http://www.al.rs.gov.br/download/ComEspLGBT/Relat%c3%b3rio%20final%20Comiss%c3%a3o%20Especial%20LGBT.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

<sup>18</sup> No Rio Grande do Sul, além das associações nacionais como a ANTRA, os grupos que trabalham por essa visibilidade são o Coletivo Voe (Santa Maria), o Centro de Referência LGBT (Caxias do Sul) e o Conexão Diversidade (Porto Alegre).

não atuavam na prostituição, que eram brancas e apresentavam um alto grau de leitura social cisgênera. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 56).

Nunca tivemos uma protagonista trans em obras de ficção da televisão no Brasil e, na maioria dos casos, as coadjuvantes interpretando pessoas trans são, na realidade, atrizes cisgêneras. Nos poucos casos em que existe visibilidade trans em obras de horário nobre, como telenovelas e séries, elas costumam vestir a leitura cisgênera, ou seja, a *passabilidade* por uma mulher branca e padronizada de acordo com os padrões hegemônicos de beleza.

## **5 MÍDIAS, RECEPTIVIDADE COMUNICATIVA E A PROPOSTA DA CIDADANIA TRANSCOMUNICATIVA**

Desde a *vida real*, as mulheres transgêneras passam a produzir seus próprios conteúdos, para compartilhar suas histórias. As redes sociais, como *YouTube*, *Instagram*, *Facebook*, entre outros canais, se tornaram espaço de visibilidade e luta, onde as sujeitas podem mostrar seus cotidianos e suas pautas. Essas narrativas se combinam com suas trajetórias midiáticas, suas relações e experimentações com as mídias. Podem estar imbricadas pelas telenovelas, pelos vídeos, pelos programas que assistem e pelas formas como se veem (ou não) representadas. As padronizações e configurações, as continuidades culturais, formatos, estratégias, gêneros midiáticos, modelos e referências dessas sujeitas geram processos comunicacionais (MALDONADO, 2014).

A experimentação e os padrões estéticos, além da forma de comunicar das sujeitas trans, partem das suas próprias ambientações, situações de classe, interpretações e significações a partir das mídias. Como problematiza Maldonado (2014), as sujeitas comunicantes misturam formatos, vertentes, processos e possibilidades diversas no momento de *comunicar*. Elas constroem um pensamento social, que pode usar estéticas do hegemônico, mas também contrapor o discurso dos poderes midiáticos. T3, por exemplo, usa as redes sociais para encontrar referências de pessoas trans.

*Eu utilizo as redes pra passar o tempo. Como não tenho muitas pessoas pra conversar, isso é algo pra se fazer, mas às vezes isso me faz bem e outras não. Quando eu vejo uma menina muito linda, por exemplo, eu não me sinto igual a ela e fico mal. Eu uso internet e entro nas redes todos os dias, costumo ficar bastante tempo, de acordar até dormir. E gosto muito de ver coisas de pessoas trans, sigo muitas pessoas assim. Quando vejo e gosto, eu compartilho. Tenho amigas que fazem vídeos. (T3).*

A problemática das redes sociais é constantemente reestruturada e atualizada, mas sua estrutura *agregadora* e de *sociabilidade* é fundante entre os sujeitos, porque é uma forma de comunicar a sua identidade e fazer ver suas demandas e problemas pessoais. Manuel Castells (2013) reflete que as redes sociais da internet são um ambiente de visibilidade e manifestações dos sujeitos. Elas formam espaços de construção da autonomia, que são projetados a partir dos sentidos da vida, dos modos como se experimentam na sociedade e das múltiplas maneiras de criar conexões com as preocupações reais das pessoas. Nas disputas de classes e crises democráticas atuais, se reconfigura a forma de se relacionar como sociedade, de pensar as diversas possibilidades de demandar transformações, direitos e mudanças. (CASTELLS, 2013).

*Meu primeiro contato com audiovisual foi em uma oficina na TV Brasil, para o projeto Repórter Marginal. Aprendi macetes com Adobe Premiere, e uns programas. Queria levar o mundo que eu vivia e não tava sendo representado como eu via. Isso foi em 2008, na época da primeira conferência LGBT. Foi um momento importante, porque era o primeiro chefe de nação [Luiz Inácio Lula da Silva] a convocar e escutar essa população. Crescia a vontade de fazer alguma coisa. (T1).*

T1 é uma produtora de conteúdo audiovisual. Ela mesma grava e edita seu material, que compartilha no canal do *YouTube* da *ONG Outros Olhares*<sup>19</sup>. Sem buscar protagonismo na rede, ela oferece espaço a todas as transgêneras da região onde mora. Há produções poéticas, reflexivas e que trazem com ela histórias, temáticas e pautas do universo do qual faz parte. Sem muitos recursos técnicos e financeiros, ela trabalha com os equipamentos que tem e conta com o apoio de amigos e colaboradores para levar adiante seus projetos. A falta de visibilidade das trans é o que motiva T1 a produzir seu próprio conteúdo a partir da sua realidade e do seu contexto.

Enquanto T3 buscava apoio nas redes para aprender e entender o processo de transição do gênero, inspirada pelas influenciadoras digitais que acompanha, também começou a produzir alguns conteúdos no *YouTube*. Seu primeiro vídeo foi feito em 22 de junho de 2020, contando algumas características dela. Esses movimentos em rede são ambientes de desenvolvimento de uma autoconsciência coletiva e individual, como pensaria Castells (2013). Ao ver essas mulheres gravando vídeos, se fazendo presentes e trazendo suas próprias realidades, é possível criar esperança. Os atos comunicacionais que acontecem nas redes sociais geram significados, ressignificam as mídias e abrem espaços de diálogo.

<sup>19</sup> Link para o canal da *Outros Olhares* no Youtube, com produções de T1: [https://www.youtube.com/channel/UCp6uG0vz007B96v\\_SCxA1jw](https://www.youtube.com/channel/UCp6uG0vz007B96v_SCxA1jw). Acesso em: 3 mai. 2021.

Nesse processo, as apropriações e ressignificações que essas sujeitas fazem das mídias geram novas formas de produzir conteúdo em outras mídias. As identidades, formadas a partir e em confronto a essas lógicas reproduzidas, assistidas e contestadas, integram as complexidades de sujeitas cidadãs em processos de *receptividade comunicativa*, como pensada por Maldonado (2014). Elas experimentam modos de inter-relação sociocultural simbólica, nas combinações de mídias, culturas, realidades, sensibilidades e subjetividades, gerando múltiplas formas de comunicar. Essa comunicação parte do gesto, do olhar e de todo o *ser* das sujeitas.

A reivindicação da presença e respeito ao corpo trans também perpassa a *receptividade comunicativa*, porque através do contato e dessa visibilidade os sentidos e significados podem ser reimaginados e reconfigurados. Os corpos e gestos comunicam, produzem interpretações, fazem pensar, abrem um espaço para ver as transgêneras como cidadãs, que falam, ensinam, aprendem, questionam, produzem e *vivem*. (MALDONADO, 2014). Ao entrar em choque com a normatividade, elas conquistam o espaço através da demonstração de sua *humanidade*, de que produzem arte, que provocam sensações e podem habitar qualquer lugar social.

É importante que, na *receptividade comunicativa*, consigamos pensar essas produções de sentido, ressignificações, apropriações, processos, organizações, temporalidades, espacialidades, comoções, ensinamentos, desestabilizações, alienações e riquezas. (MALDONADO, 2014). Uma mulher transgênera é uma expressão sensível do gênero, diferente de qualquer outra, porque não se pode confundir com *drag queens* ou mulheres lésbicas. São mulheres porque não apenas *performam* os atributos do "feminino", elas se *sentem* e *pensam* como mulheres, portanto, *são* mulheres. Só podemos compreender essa expressão de vida quando acionarmos nossa dimensão *sentipensante* para ver as mulheres transgêneras *sentipensantes*.

Em contexto digital, é preciso considerar que as sujeitas são envolvidas em múltiplas lógicas que potencializam ou restringem estéticas, políticas e culturas. A cidadania precisa ser transformadora, de subversão das verdades totalitárias. (MALDONADO, 2015). O reconhecimento do gênero é também um exercício e uma prática de *transcidadania*, porque demanda a visibilidade e o reconhecimento da identidade que sente. O *ser* cidadão independe da normatividade, não se funda nela. Então, não é a norma que pode dizer quem vive ou quem morre. Se a sujeita está constituída de valores históricos, identidades não fixas e uma capacidade *sentipensante*, ela tem riqueza humana e, portanto, é cidadã.

Judith Butler (2017, p. 30) defende que "o exercício dos direitos tem que ser um exercício social, e como isto nos compromete a um projeto radical de igualdade ainda que nem sempre estejamos conscientes desse compromisso". A igualdade aqui pensada é profunda, porque recorre à dimensão da *humanidade*.

Essa igualdade pode ser buscada, entre outros modos, através do reconhecimento das sujeitas e da valorização das suas produções para compreender seus universos. Como Jiani Bonin e Lívia Saggin (2016) argumentam, os processos de apropriação midiática a partir do olhar de quem produz sentidos é múltiplo, vasto e reconfigura a recepção, principalmente quando digitais, porque rompem e desarticulam a ideia clássica de um receptor, já que se formam novas condições de produção comunicativa.

Estar com sujeitas transgêneras, em conversas presenciais, circulando em seus espaços de luta, dialogando pela internet em tempos de pandemia e trabalho remoto, assistindo às suas produções, acompanhando suas *lives*, tudo isso constrói um aparato que ressignifica a *receptividade comunicativa*, porque a *receptividade* abraça uma gama de significações que não são meramente “conteudistas”, também se dão na calorosidade, no acolhimento, em ser *receptivo* ao Outro e olhar para suas formas de comunicar.

Para construir uma pesquisa em *receptividade* se demanda um processo de reconhecimento, distanciamento e diálogo constante, de aprender com os relatos e histórias de vidas das sujeitas e, na conversa, aprender sobre o próprio pesquisador nessa relação com as Outras. Os contextos de análise podem ser ampliados a partir das experiências que são compartilhadas, mas sem deixar de refletir sobre o que vivemos *coletivamente*, enquanto partícipes do mesmo país, região e “modelo” de sociedade. O momento político, a *necrobiopolítica*, as formulações de padrões e as normalizações precisam ser consideradas como *reguladores* daquilo que pode aparecer e ser ouvido, como pensa Butler (2011). No entanto, ao avançarmos numa perspectiva cidadã dessa *transcomunicatividade*, precisamos interrogar a emergência e o desaparecimento da dimensão *humana*, aquilo que nos é “permitido” saber, ouvir, ver e sentir. Na proposta de Butler (2011, p. 32),

Isso pode nos instigar a, afetivamente, revigorar os projetos intelectuais da crítica, do questionamento, da tentativa de entender as dificuldades e demandas da tradução cultural e do dissenso, e de criar um senso do público no qual vozes de oposição não são temidas, degradadas ou descartadas, mas valorizadas pela instigação à democracia sensata que ocasionalmente realizam.

Por mais que exista um vínculo político e uma identificação social coletiva, as mulheres transexuais e as travestis rompem com o ideal do cidadão pregado pelo Estado de direito (e de direita), no qual o caráter normativo branco, cisgênero, heterossexual e masculino é o ideal da nação. Ou seja, se nesse sistema de neoliberalismo excludente elas não têm sequer direitos civis garantidos, então como podem conquistar direitos políticos e sociais de trabalho, educação, moradia e saúde?

Quando as identidades não são reconhecidas ou valorizadas, o sistema pode utilizar artifícios para subjugar-las e constranger. Além de ser uma possível prática do *necrobiopoder*, começa por “excluir” a



existência desse corpo que não segue a norma, e também nega a constituição de uma identidade múltipla, complexa e *humana*. Isso está além das normas de conduta em espaço de trabalho ou de uma formalidade no comportamento ou atendimento. Está na dimensão da *aparência*, de quem é bem visto ou mal visto por expressar sua identidade de gênero. Sem condições de *ser e existir*, de trabalhar com segurança sem se sentir excluída, a cidadania fica cada vez mais distante. Por isso, precisamos pensar em uma nova possibilidade, uma alternativa a esse sistema que não permite expressar e comunicar as identidades plenamente, uma cidadania *transcomunicativa* que contemple comunicar as diferentes expressões existentes.

Essa valorização cidadã combina raças, ideologias, culturas, corpos e consciências que se formam de maneira mestiça, como propõe Gloria Anzaldúa (2005). Vivendo nas ambivalências de sua identidade indígena, *chicana*, mexicana e estadunidense, a pesquisadora refletia os conflitos dos choques de vozes, os estados mentais e emocionais de perplexidade em que se encontrava. É possível aproximar essas reflexões às experiências transgêneras. Elas também possuem personalidades *mestiças* (no sentido de combinações e inter-relações identitárias) e são colocadas à margem por essa combinação, dentro de um sistema historicamente construído sobre bases eurocêntricas, nortenhas, brancas e masculinas.

A cidadania pensa a igualdade e a diferença, as culturas e as alteridades. A cidadania comunicativa precisa buscar políticas de igualdade e diferenças (SANTOS, 2008), e a cidadania *transcomunicativa* precisa (trans)formar políticas que contemplem as vidas diversas. Boaventura de Sousa Santos (2008) nos provoca a pensar os impactos sócio-políticos que as mídias oferecem, uma vez que elas deveriam refletir e pautar diversidades, dialogando com múltiplos sujeitos que se misturam e se unem na sociedade.

É preciso construir um projeto de igualdade de direitos e valorização das identidades múltiplas, na cooperação e na solidariedade, seja através de ONGs, projetos sociais, redes da internet, organizações estatais, universidades ou qualquer espaço onde haja brechas para essa *transcomunicação*. Os direitos devem existir para todos, valorizando mestiçagens, culturas diversas, que realmente levem adiante os saberes e as experiências vividas por essas pessoas que tanto podem contribuir com uma sociedade mais justa e plural, além das nossas fronteiras. Precisamos começar a imaginar possibilidades inclusivas para que elas efetivamente aconteçam no auxílio mútuo.

Precisamos entender como as tecnologias disponíveis aos sujeitos, sejam quais forem, podem ampliar e potencializar os movimentos em prol dessa cidadania *transcomunicativa*. Na perspectiva de Gohn (2010), a comunicação alternativa pode disseminar informações nas mídias, fazendo com que formem uma nova possibilidade de sociedade, com maior protagonismo e inclusão das diversidades.

Solidariedade e liberdade são fundamentais para o respeito à alteridade, valorizando qualquer modo de vida *humana*.

Unindo à perspectiva de Scott (2015), reflete-se a mudança de consciência para gerar emancipação através da cidadania. Ademais, o transfeminismo proposto por Jaqueline Gomes de Jesus (2014) reconhece a intersecção entre diferentes identidades e identificação dos sujeitos, contra o caráter opressivo que se faz sobre os corpos, fora das ideias racistas e sexistas da sociedade. É uma busca pelo empoderamento dos corpos e das pessoas como elas são, valorizando toda e qualquer expressão sexual das transgêneras, sejam heterossexuais, assexuais, bissexuais, homossexuais ou em qualquer identidade sexual que se expressem. Precisamos de uma cidadania *trans*comunicativa porque ela acolhe a todos nós.

Essa proposta *trans*comunicativa pensa numa forma de comunicar *trans*humana, combinando as multiplicidades das existências de sujeitas e sujeitos comunicantes, de seres comunicativos. As condições para essa cidadania precisam ter caráter emancipatório, porque a fundação dela se dá na *transformação* social contra-hegemônica. O prefixo "trans" corresponde a "ir além". A proposta de uma cidadania *trans*comunicativa ainda precisa se concretizar para *ir além*, porque ela é pensada a partir de uma coletividade, da construção da reflexão sobre a constituição do sujeito enquanto cidadão, imbricado pelas vidas *trans* não apenas de pessoas transgêneras, mas a partir da sua constituição múltipla, complexa e *transcendente* aos gêneros e binarismos. É a cidadania *indo além*, com questionamentos e reflexões para as continuidades da tese que está em construção e *transformação*.

## **6 RESULTADOS INICIAIS E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A transgeneridade vai além da orientação sexual ou de algo "controlável" pelas instâncias de poder hegemônico. Ela diz respeito ao pertencimento a um grupo, a uma cultura e à aceitação da própria identidade. É preciso repensar as representações midiáticas, as lógicas educacionais e as políticas públicas destinadas às pessoas transgêneras, pois elas pedagogizam os sujeitos comunicantes inseridos em um contexto neoliberal que colabora com a desigualdade social e a propaga a partir do preconceito e da falta de educação para a liberdade.

Ademais, com o avanço das tecnologias, a comunicação governamental se sofisticou, criando um paradoxo público. Os políticos e as próprias instituições governamentais passam por maior crítica e visibilidade, como problematiza Weber (2017). Essa visibilidade pode promover normalização ou contestar os discursos hegemônicos. No entanto, enquanto o conceito de Gênero não for devidamente estudado e compreendido amplamente, haverá a tentativa de lutar contra ele. As mídias funcionam, também, como

espaço de resistência, demonstrando sintomas de uma não-aceitação do poder normalizador. Essas lógicas comunicacionais se inserem numa transição midiática que, conforme reflete Bonin (2016), é intensificada pelas lógicas de digitalização, de convergência de mídias e da constituição de novas culturas midiáticas que rompem fronteiras entre os meios de comunicação.

Compreender o Gênero nos âmbitos educacionais institucionalizados e nas mídias é um dos caminhos para a construção de cidadãos políticos conscientes, que promovam e lutem por políticas públicas justas e igualitárias. Além disso, entender os papéis que as mídias desempenham na vida das pessoas transgêneras é fundamental para subsidiar ações comunicacionais que permitam que elas sejam visibilizadas de forma densa e complexa, livre de estereótipos limitadores e violências de toda forma. Em diálogo com mulheres transexuais e travestis, refletimos sobre o aprendizado de Gênero, compreendendo as complexidades do conceito para torná-lo mais legível dentro dos espaços não apenas acadêmicos, mas políticos e educacionais.

Pensam-se as mídias como um ecossistema educador, que mostra como se deve ser, agir e consumir no mundo moderno. Essa perspectiva de Kaplun (2015) leva a pensar nos elementos comunicacionais que são importantes para estabelecer uma cidadania plena. O autor reflete que os meios comunicacionais geram afetos, negações e exclusões. Exercendo poder e afetando as relações sociais, eles fazem parte da sociedade e demandam regulamentações que pensem a cidadania e não um controle opressor, mas uma disseminação que dê a ver as demandas dos sujeitos e do que eles realmente são capazes de transformar e gerar de crítica na sociedade.

As mulheres transgêneras não são apenas consumidoras de produtos midiáticos. T1, por exemplo, é responsável por uma ONG, através da qual produz vídeos e materiais que objetivam visibilizar as mulheres transgêneras da região onde mora (Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil). T2 é ativista política, funcionária da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (Brasil) e trabalha junto a uma deputada que luta por direitos LGBTQIA+, com a qual promove eventos, debates e aulas especiais com temáticas voltadas à conscientização sobre o Gênero. Já T3 está em fase de transição do gênero e, ainda jovem, passa pela busca dos primeiros direitos (como o registro do nome social) e a aceitação familiar e social.

Dialogar sobre as experiências midiáticas, observar as produções dessas sujeitas e sua integração com o movimento por reconhecimento de sua dignidade enquanto sujeitas vêm provocando reflexões acerca do quão *invisíveis* elas estão e como questões de empregabilidade, espaço político e representatividade midiática são difíceis. Essas problemáticas dizem respeito ao direito pela cidadania, por respeito e vida plena. Entre outras dimensões, a cidadania se estabelece como uma forma de exercício do respeito à

diversidade, como pensa Cortina (2005). Por meio das mídias, é possível refletir sobre questões cidadãs e, fora da caixa da normatividade, se podem reconhecer diferentes opiniões e pensamentos. Uma educação inclusiva é relevante para abraçar as diferentes subjetividades. Estar atento às transformações digitais e às humanidades nas quais estão inseridas essas sujeitas é fundamental para pensar a educação e a comunicação enquanto ambientes de representatividade, acolhimento, luta e cidadania.

Este texto surgiu a partir de uma pesquisa de doutorado, ainda em andamento, que começou com a inquietação sobre a presença de mulheres transgêneras não apenas nas mídias, mas em espaços sociais, empregos formais e representação política. Uma pesquisa da Aliança Gay e Lésbica Contra a Difamação (GLAAD) informou que 84% de estadunidenses aprendem sobre pessoas transgêneras pelas mídias<sup>20</sup>. Para o pesquisador Roger Silverstone (2002), as mídias são parte da experiência humana, configurando-se como um aspecto crucial de nossa existência. Nosso contato com as mídias nos aproxima de outras realidades, modifica percepções, gera sentidos e significados. Estamos expostos à presença midiática e às representações que ela nos traz. Somos dependentes dos meios para nos entreter, aprender, informar e compreender sentidos na experiência humana.

Nosso cotidiano é moldado, em parte, pelas mídias e com ela refletimos, usamos, apropriamos, tensionamos e construímos significações a partir do contato. Através dos produtos midiáticos, construímos modelos de realidade a partir de nossas sensibilidades e subjetividades. A forma como as pessoas transgêneras são trazidas à pauta das mídias precisa ser pensada para que, no contato com essa alteridade, possamos compreendê-la de forma densa, aprofundada e livre de estereótipos limitantes. Se nunca vemos uma pessoas trans nos espaços onde circulamos nem nas mídias, como é possível conhecer e entender essas vidas?

Com Silverstone (2002) ainda podemos pensar na mídia como um espaço de mediação, no qual as dimensões de produção e recepção são imbricadas num processo de aproximação ou distanciamento a partir daquilo que está presente nos conteúdos midiáticos. Aquilo que tem sido construído sobre pessoas trans, por vezes, distancia cada vez mais da realidade delas, trazendo-as com o lado cômico, violento ou mesmo subjugado e marginalizado. Além disso, muitas pessoas trans na ficção não são representadas por artistas transgêneros, mas por atores e atrizes cisgêneros, o que não colabora para uma visibilidade verossímil, nem para uma valorização e empregabilidade de pessoas trans.

---

<sup>20</sup> De 2008 a 2016, dobrou o número de estadunidenses que disse conhecer pessoalmente uma pessoa transgênera, indo de 8% a 16%. A pesquisa foi realizada em 2015. Disponível em: <<https://www.glaad.org/releases/number-americans-who-report-knowing-transgender-person-doubles-seven-years-according-new>>. Acesso em 20 abr. 2021.

Mesmo com pouca visibilidade em programas televisivos, ficcionais ou nas mídias hegemônicas, as pessoas trans estão presentes em todas as partes, inclusive nos cenários digitais. Existem, assim, brechas para discutirem suas demandas. No entanto, muitas vezes, elas ainda são interpretadas de modo equivocado ou distorcido pelo poder normativo hegemônico, principalmente nos discursos de representantes políticos brasileiros. Há um movimento de silenciamento e de deslegitimação das transgêneras, principalmente em nome dos ideais políticos que seguem o conservadorismo.

A noção de governabilidade se contrapõe à de soberania, porque governar implica cuidar da população e da vida, enquanto a soberania prevê um mando vertical a partir da perspectiva de quem está no "trono" ou na presidência. Pensando com Berenice Bento (2018), o terror e a morte são elementos que estruturam o Estado brasileiro em relação aos corpos abjetos, principalmente quando evoca a noção de "soberania". Assim, se exerce o *necrobiopoder*, o poder que mata e elege quem pode viver dentro de uma *necrobiopolítica*.

As mortes constantes de pessoas trans e a violência às quais são submetidas podem ser analisadas pelas lentes do *necrobiopoder*, porque estão interpeladas às esferas de poder que decidem quem morre e quem vive, quem pode ou não ocupar os espaços públicos. No contexto brasileiro, atualmente o projeto governamental da gestão 2018-2022, com sua estrutura militar de ordem, visa determinar as vidas que importam.

Bento (2018) afirma a existência de uma política de fazer morrer, que dispõe de técnicas com planejamento e sistematização. Quando a autora fala que algumas pessoas nascem pra viver e outras se tornam matáveis pelo Estado, reflete também em todos aqueles que foram dizimados historicamente, dos negros que tiveram mão de obra explorada, dos índios colocados à força nos processos de "evangelização", das transgêneras assassinadas pelo sistema *cisheteronormativo*, todas essas pessoas que morreram para enriquecer alguns poucos porque suas vidas foram consideradas menores, inválidas, desnecessárias. Vida e morte, assim, andam juntas, num sistema que combina necropoder e biopoder.

O desejo é pela eliminação sistemática daqueles corpos que poluem a pureza de uma nação imaginada, um tipo de "correia de transmissão" de uma Europa também imaginada: branca, racional, cristã, heterossexual. A negação do Outro não se transfigura em afirmação em momento algum, sendo, portanto, impensável atribuir aos corpos desse Outro qualquer qualidade que produzisse um campo de intersecção com o "eu". (BENTO, 2018, p. 4).

O poder público não está reconhecendo a diversidade de sujeitas transgêneras nem trabalhando pela inclusão dessas pessoas na sociedade. A troca para o nome social, já permitida pelo governo brasileiro,

não garante a aceitação delas. Além disso, os discursos dos representantes políticos em posição de poder tentam “normalizar” os sujeitos, induzindo a um comportamento tido como correto com base em padrões, o que implica em preconceito e desrespeito à dissidência. A perspectiva interseccional, de raça, classe social e cultura acaba parecendo irrelevante e os *marcadores* (de gênero, classe e raça) não são levados em conta no momento de criar leis ou políticas públicas, levando a uma postura mascarada de “igualdade” como se, historicamente, os sujeitos tivessem sido tratados da mesma forma e desfrutassem das mesmas oportunidades.

Os papéis “adequados” para homens e mulheres conduzem à normalização, numa sociedade hegemônica que institui padrões para o Gênero. No entanto, o Gênero é um sistema inteiro e complexo de relações, que não pode ser reduzido a polos binários. A complexidade do gênero é submetida, assim, a um pensamento raso que tenta manter a norma para garantir o controle e a ordem.

Existem potencialidades para se melhorarem as condições de vida, mas é preciso tomar consciência de como alguns poucos privilegiados controlam a tecnologia e a cultura colaborativa de produção de conhecimentos, que deveria estar a serviço da sociedade. Precisamos pensar em que tecnologias estão disponíveis para que se democratize a disseminação de saberes, planejar infraestruturas para que as relações entre criatividade e liberdade de conteúdo permitam novas epistemologias, para que as sujeitas transgêneras emergam em seu protagonismo e tenham sua dignidade garantida em um processo colaborativo de todos nós. Essas são as primeiras possibilidades para uma formação de cidadania *transcomunicativa*, que parte das militâncias, formações e educação política das sujeitas trans. A proposta dessa cidadania é buscar possibilidades de vida digna, reconhecimento e efetividade das pautas trans e travestis.

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, G. La conciencia de la mestiza, rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTO, B. A. M. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BENTO, B. A. M. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, [s./n.], [s./p.], 2018.

BONIN, J. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: C. P. M.; LOPES, M. I. V. (Org.). **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 213-231.

BONIN, J. A.; SAGGIN, L. F. Reflexões teóricas para pensar as relações entre mídias, identidades culturais, movimentos sociais e cidadania. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, 2016.

BUTLER, J. Vidas precárias. **Contemporânea**, Salvador, [s./v.], n. 1, p. 13-33, 2011.

BUTLER, J. Alianças queer e políticas anti-guerra. **Bagoas**, Natal, [s./v.], n. 16, p. 29-49, 2017.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilização no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOMES DE JESUS, J. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: GOMES DE JESUS, J. et. al. **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

GROSFOGUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 337-362, jul./dez. 2012.

KAPLÚN, G. Nota sobre la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual de Uruguay. **Revista EPTIC**, v. 17, n. 2, p. 183-187, mai./ago. 2015.

MALDONADO, A. E. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, A. E.; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. **Perspectivas metodológicas em comunicação: Novos desafios na prática investigativa**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013.

MALDONADO, A. E. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: MALDONADO, A. E. et al. **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil: Processos receptivos, cidadania e dimensão digital**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. p. 31-57.

MALDONADO, A. E. Transmetodologia, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. **Intexto**, Porto Alegre, [s./v.], n. 34, p. 713-727, set./dez. 2015.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SANTOS, D. B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**, volume 4. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (org.). **Comunicação Pública e Política: pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23-58.